

Da imprensa

FORÇAS ARMADAS TERÃO R\$ 400 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO

O Congresso Nacional deverá reunir-se na segunda semana de março para analisar e votar o relatório final do Orçamento-Geral da União para 2006.

Apesar dos obstáculos criados pela oposição, o parecer do Deputado Carlito Meres (PT-SC) deverá ser aprovado. Nele, estão previstos R\$ 400 milhões para os programas de reaparelhamento e modernização das Forças Armadas.

Para a Aeronáutica, foram destinados R\$ 175 milhões para modernizar e revitalizar aeronaves. À Marinha, R\$ 192 milhões para a obtenção de meios navais. Quanto ao Exército, serão destinados R\$ 350 milhões para a incorporação de 100 mil recrutas no âmbito do programa Soldado Cidadão, e mais R\$ 11 milhões para suprimento de material bélico.

Foram destinados ainda R\$ 25 milhões para o Centro de Lançamento de Alcântara, R\$ 6,8 milhões para o monitoramento oceanográfico, R\$ 200 milhões para o pagamento dos anistiados políticos e R\$ 17 milhões para o combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro.

O Orçamento para a Defesa ficou em R\$ 36,1 bilhões, ou R\$ 960,6 milhões a mais que o previsto na proposta encaminhada pelo Governo. No entanto, os valores para investimento representam pouco mais de 3,84% do orçamento para a Defesa. Mais de 77% dos recursos são destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais.

Além disso, os números estão muito aquém dos valores previstos pela Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, aprovados no ano passado. A CREDN aprovou emendas no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Defesa: Calha Norte, Projeto Rondon e Missões de Paz

O orçamento do Ministério da Defesa, que ainda depende de votação pela Comissão Mista de Orçamentos e pelo Plenário do Congresso Nacional, prevê R\$ 180,3 milhões para o programa Calha Norte. Esses recursos serão utilizados na implantação da infra-estrutura básica e apoio às comunidades da região da Calha Norte, manutenção de pequenas centrais elétricas, aeródromos e rodovias.

Para a capacitação científico-tecnológica e domínio de tecnologias para a Defesa Nacional, foram alocados R\$ 400 mil.

Outros R\$ 10,6 milhões foram destinados para a gestão da Política de Defesa Nacional, o que envolve o desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa, cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia.

Para as comunicações, comando, controle e inteligência nas Forças Armadas, serão aplicados R\$ 18,7 milhões. Com esses recursos, o Ministério da Defesa deverá implantar centros de operações do comando supremo e forças singulares; sistema de comunicações militares via satélite; sensoramento remoto para apoio à inteligência; e implantação do sistema de comunicações militares seguras.

Para o Projeto Rondon, estão previstos R\$ 2 milhões e para a Mobilização Nacional, com a realização de exercícios e a implantação do Sistema Nacional de Mobilização [Sinamob], outros R\$ 300 mil. Para o adestramento e emprego combinado das Forças Armadas, o orça-

mento reservou R\$ 28,9 milhões. Estão previstos, ainda, recursos para a realização de operações combinadas, intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira, ações de caráter sigiloso, participação do Brasil em Missões de Paz (R\$ 5,9 milhões) e cooperação militar com países amigos (R\$ 2,6 milhões).

Programa de Reaparelhamento vai custar US\$ 2,57 bilhões

Enquanto aguarda a aprovação do Programa de Reaparelhamento (PRM), o Comando da Marinha trabalha para garantir os recursos previstos no Orçamento de 2006.

A construção do primeiro submarino do projeto SMB-10 está com o seu cronograma de desenvolvimento paralisado e a força espera dar continuidade ao SMB assim que os recursos necessários forem garantidos de forma regular.

Este não é o único problema da Força. Por conta das restrições orçamentárias, vários projetos estão parados. Em audiência pública realizada no Senado, em dezembro passado, o Comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, afirmou que a Força pode parar completamente até 2025, se os programas de modernização não forem implantados.

Ele também reclamou do contingenciamento dos *royalties* do petróleo. "Os recursos destinados ao reaparelhamento da Marinha a partir da exploração de petróleo têm sido contingenciados pelo Governo federal, na construção do superávit primário. A liberação dessa reserva permitiria dar início ao programa de reaparelhamento da Marinha. Enquanto isso, os repasses dos *royalties* para estados e municípios estão sendo feitos sem problemas", afirmou.

Para 2006, o orçamento da Marinha é de R\$ 9 bilhões, menor que os orçamentos do Exército (R\$ 15,8 bilhões) e Aeronáutica (R\$ 9,03 bilhões). Para o reaparelhamento da Força, foram

destinados R\$ 211,8 milhões. Esses recursos serão aplicados na modernização de meios navais, organizações militares da Marinha e obtenção de meios navais e de fuzileiros.

Por conta dos poucos recursos, a construção da corveta *Barroso*, único projeto em andamento, corre sérios riscos, com atrasos constantes. O Programa Geral de Manutenção (Progem), da Marinha, também sofre com a falta de recursos.

PRM

Programa de Reaparelhamento da Marinha foi apresentado pelo ministro da Defesa, ao presidente da República, em julho de 2003. A proposta previa a cobertura das necessidades da Força, no período compreendido entre 2004 e 2019. Parado na Casa Civil, o PRM teve de ser atualizado para o período 2006-2025.

Um novo PRM foi encaminhado ao Ministro José Alencar em julho de 2005, dois anos após sua primeira versão. Dessa vez, a prioridade foi dada à recuperação de navios, submarinos e aeronaves, que têm sido desincorporados da Força.

Para implementar o Programa de Reaparelhamento, a Marinha necessita de US\$ 2,57 bilhões. A versão atual foi dividida em dois períodos de dez anos, sendo o primeiro de 2006 a 2015. De acordo com o Comando da Marinha, estavam previstos US\$ 164,2 milhões para este ano.

O valor global do PRM para uma década corresponde a apenas 0,43% do PIB (2004). Segundo o Almirante Guimarães Carvalho, o programa de reaparelhamento está dividido por fases, sendo uma emergencial, de recuperação de navios e aeronaves que se encontram em condições críticas. Ele afirmou que seriam necessários quatro anos e R\$ 290 milhões anuais para a Marinha superar essa fase.

No Orçamento de 2006, ainda estão previstos R\$ 9,2 milhões para as pesquisas e desenvolvimento do ciclo do combustível nuclear e

outros R\$ 29,2 milhões para a construção do protótipo de reator nuclear.

Para a Missão Antártica, foram reservados R\$ 13,5 milhões, enquanto R\$ 447,5 milhões serão destinados ao adestramento e operações militares da Marinha.

Exército terá R\$ 26,4 milhões para reaparelhamento

O Comando do Exército foi contemplado com recursos da ordem de R\$ 26,4 milhões, no Orçamento de 2006. Este volume será utilizado no reaparelhamento e modernização da força terrestre.

Os valores precisam ser confirmados pela Comissão Mista de Orçamentos e, posteriormente, pelo Plenário do Congresso Nacional.

Deste total, R\$ 24,2 milhões serão empregados na modernização operacional dos batalhões de engenharia, implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve (R\$ 300 mil); da Brigada de Operações Especiais (R\$ 400 mil); Brigada de Operações de Força de Paz (R\$ 200 mil), 2ª Brigada de Infantaria de Selva (R\$ 200 mil); instalação e adequação de organizações militares (R\$ 3,2 milhões); sistema de aviação do Exército (R\$ 500 mil); modernização da força terrestre (R\$ 300 mil); e modernização operacional das organizações militares do Exército (R\$ 18,4 milhões), entre outros.

Para o adestramento e operações militares do Exército, foram aprovados pelo relator-geral do Orçamento R\$ 693,8 milhões. Entre outros, estão previstos gastos com a doutrina e estratégia militar, manutenção e suprimento de material bélico (R\$ 43,4 milhões). No apostamento da força terrestre, serão investidos R\$ 87,5 milhões do Fundo do Exército.

No entanto, o Exército vai gastar cerca de R\$ 9,2 bilhões apenas com o pagamento de aposentados e pensionistas da força. Na produção de material de emprego militar, serão aplicados R\$ 1,4 milhão. Outros R\$ 1,9 milhão estão

reservados para a manutenção e suprimento de material de comunicações estratégicas e de guerra eletrônica.

Comando terá R\$ 455,5 milhões para o reaparelhamento da FAB

O Comando da Aeronáutica terá R\$ 455,5 milhões em recursos para o reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), sendo R\$ 215,8 milhões para a aquisição de aeronaves e R\$ 239,6 milhões para a modernização e revitalização de aeronaves. Apenas no desenvolvimento do AM-X serão aplicados R\$ 30 milhões.

Do Fundo Aeronáutico, sairão outros R\$ 45 milhões para o reaparelhamento e adequação da FAB. Esses recursos serão investidos na aquisição de veículos de superfície, modernização de instalações militares e implantação de novos sistemas bélicos e de simulação.

O orçamento para o Comando da Aeronáutica, em torno de R\$ 7,7 bilhões, prevê ainda R\$ 3,9 milhões para a manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Para o adestramento e operações militares, R\$ 390,7 milhões e R\$ 531,6 milhões para a segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro, recursos que se destinam aos trabalhos de investigação e prevenção de acidentes aéreos.

Para o desenvolvimento da tecnologia espacial, como a capacitação de recursos humanos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e o suporte ao desenvolvimento industrial, foram reservados R\$ 24 milhões. No total, são R\$ 41 milhões para o desenvolvimento de tecnologias de uso aeroespacial.

PNAE

A Aeronáutica terá recursos também para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). São R\$ 5 milhões para a capacitação de especialistas do setor espacial, funcionamento do

Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (R\$ 1,1 milhão) e para o Centro de Lançamento de Alcântara (R\$ 3,6 milhões).

(Fonte: InfoRel de março de 2006)

POR ONDE ESTAMOS PERDENDO

Luiz Paulo Horta
Jornalista

O Brasil deixou de ser atração nos fóruns internacionais. Gastou-se a mágica do Nosso Guia. Continuamos a ser o “país do futuro”. Em sentido contrário, Índia, China e Rússia são apontadas como as nações promissoras de agora.

O caso russo não é nada misterioso: as reservas de petróleo pagam tudo. Mas Índia e China não têm recursos naturais. De onde tiram a sua força? Certamente não de alguma milagrosa fórmula econômica, e sim do que se poderia chamar de “massa cinzenta”. Somos viciados, há muito tempo, em análises econômicas. Assim deixamos de perceber outras coisas importantes – e até óbvias. Como o fato de que a Índia e a China são duas das civilizações mais antigas da Terra.

A China já tinha uma civilização sofisticada quando a Europa ainda era pasto para as correrias dos chamados bárbaros. Quando os jesuítas chegaram a Pequim no século XVI e começaram a mandar para a Europa os seus relatórios, todo mundo ficou de queixo caído. Até serviço público organizado os chineses já tinham, naquele tempo, com concursos que envolviam o país inteiro. E a tradição confuciana era um poderoso instrumento de cultura. Tão sedutora era essa cultura chinesa que os guerreiros de Gengis Khan, depois de pularem a Grande Muralha e conquistarem o país, em pouco tempo estavam assimilados por uma nação que, com razão, considerava-se o centro da terra.

A Índia era menos organizada, devido à falta de um governo central consistente. Poten-

tados regionais competiam entre si, e havia um choque permanente entre a tradição hindu e a linha muçulmana, que se apoderou de espaços importantes. Mas, por baixo ou à volta dessas diferenças, a riqueza cultural era imensa. Tão imensa e tão difundida que, hoje, um camponês da Índia, aparentemente miserável, ainda bebe nessa tradição milenar e está longe de ser um perdido no mundo.

Do século XIX para cá, tanto a Índia como a China sofreram com as invasões ocidentais. A Índia caiu nas mãos dos ingleses. Contra a China, a Inglaterra desfechou a mais iníqua das guerras, para forçar os chineses a comprar o ópio que vinha da Índia, e que ia envenenando um já decadente império chinês. E, depois disso, a China foi virtualmente repartida entre as potências ocidentais. Esta é a origem de um ódio ao estrangeiro que Mao Tsé-tung ia explorar em seu proveito.

Hoje, Índia e China estão jogando o jogo da globalização com um talento extraordinário. Não são países sem problemas. O número de miseráveis, na Índia, é muito maior do que toda a população brasileira. Na China, o crescimento indiscriminado está cobrando um preço proibitivo do que ainda resta de recursos naturais. Também se pode perguntar onde ficam, nessa corrida para o futuro, as tradições que fizeram a riqueza cultural da Índia e da China. Pode haver – já está havendo – um choque entre o presente e o passado. Mas a sensação de dinamismo, nos dois casos, é espantosa. O mapa do mundo – e da riqueza – está sendo redesenhado.

Onde fica o Brasil nessa corrida? Não precisaria ficar tão mal, já que temos coisas que os outros não têm, como água, terra e outros tipos de recursos naturais. O que está faltando, e muito, é a famosa “massa cinzenta”. E a vontade férrea que outros países estão exibindo.

Os tão falados recursos naturais sempre foram um alibi para o nosso comodismo histó-

rico. Como se esses recursos, sozinhos, significassem alguma coisa. O Japão não tem nada disso e é uma potência.

Também não vivemos grandes tragédias – excetuada a da desigualdade social, com a qual fomos nos acostumando. A disposição tremenda que chineses e indianos mostram hoje não deixa de ser uma desforra de antigas humilhações. Aqui, a grande humilhação parece ter sido a derrota para o Uruguai em 1950.

E assim vamos empurrando com a barriga. O atual momento político está prenhe de conformismos. O Governo é muito ruim – mas tem chances de se reeleger, dentro daquela velha máxima brasileira: “Tadinho, por que não dar a ele uma segunda chance?”

O mais grave é não se perceber onde está o problema. Há problemas específicos, como a taxa de juros, o peso dos tributos, uma espécie de corrupção generalizada. Mas o problema, mesmo, é que não se investe no talento. Ainda achamos que cultura é um enfeite para ser cuidadosamente arrumado na estante, entre livros que ninguém lê.

(Transcrito de *O Globo*, 10/02/06)

AVANÇO TECNOLÓGICO DO BRASIL É MAIS LENTO QUE O DA AMÉRICA LATINA

Renato Cruz

O Brasil avança bem na adoção de tecnologias, como celulares e computadores, mas o ambiente econômico, que leva em conta itens como crescimento e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o faz evoluir menos que outros países da América Latina no Índice da Sociedade da Informação (ISI). Medido pela DMR Consulting, consultoria com sede em Madri, em conjunto com o Centro para a Empresa Latino-Americana (Cela), da Universidade de Navarra,

o indicador mostrou um avanço de 1,8% do Brasil no indicador geral no segundo trimestre de 2005, para 4,27 pontos, quando comparado ao mesmo período de 2004.

Enquanto isso, a América Latina avançou 3,2%. O índice da Argentina, que retomou o crescimento econômico depois de uma grave crise, aumentou 18,3%. “Existem boas condições para que o Brasil diminua a diferença em relação aos países desenvolvidos, principalmente no acesso a equipamentos”, afirmou Flávio Araripe, sócio-diretor da DMR Consulting no Brasil. “Mas, para que se mova mais rápido, são necessários investimentos estruturais e no ensino. A América Latina está se aproximando dos líderes, mas o Brasil precisa melhorar.”

O ISI começou a ser divulgado agora, com números fechados do segundo trimestre deste ano. Mas a DMR e o Cela calcularam séries históricas para que possa ser analisada sua evolução. Foram compilados indicadores para a América Latina como um todo, para o Brasil, Argentina, Chile e México, além dos chamados índices ótimos e subótimos. O primeiro representa um máximo teórico que os países e a região podem atingir e o segundo, uma meta intermediária. São baseados na situação de países fora da região, com uma inserção melhor na sociedade da informação.

O ISI brasileiro teria que aumentar 125% no segundo trimestre para alcançar o índice ótimo, uma melhora em relação aos 131% no mesmo período de 2004. No caso da América Latina, a diferença baixou de 114% para 104%. Sobre a situação brasileira, o relatório aponta que “todas as variáveis do componente especificamente tecnológico (...) oferecem melhoras, com a única exceção da relação entre gastos em tecnologia da informação e PIB”.

A variável brasileira que teve maior aumento foi a do total de celulares por mil pessoas, que chegou a 399 unidades, comparadas a 288 há um ano. O Brasil também aumentou o

número relativo de computadores mais rápido que os outros três países analisados pelo quinto trimestre consecutivo, chegando a 114 computadores por mil habitantes, acima da média regional de 112 unidades.

A tendência projetada para o terceiro e o quarto trimestre do ano, cujos números ainda não estão fechados, era de queda no ISI brasileiro. “Não adianta o Brasil crescer de 3% a 3,5% ao ano, se a média da região é de 5% a 5,5%”, explicou Araripe. A DMR projeta uma queda de 0,1% no indicador brasileiro no terceiro trimestre e de 1% no quarto. Existe um contraste grande no comportamento das variáveis estritamente tecnológicas em relação àquelas que medem as condições econômicas. A consultoria prevê, por exemplo, uma queda anual de 14,8% no índice referente ao ambiente econômico, e um aumento de 22,7% na variável de telefones móveis.

“O índice foi criado para dar uma visão mais abrangente e permitir comparar, de forma relativa, diferentes economias”, explicou Araripe. “A variação negativa não quer dizer que um país está deixando de crescer, mas que está andando mais devagar.” Na América Latina, o Chile está na frente, pontuando acima da média nos principais integrantes do índice. O México conseguiu a melhor pontuação na variável ambiente social. O Brasil ficou acima da média em tecnologias da informação e da comunicação.

(O Estado de S. Paulo, 29/12/05)

AUTOCRÍTICA

Vania Leal Cintra
Socióloga

O V Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que ocorreu na primeira semana de outubro, tendo por tema “Segurança e Defesa Nacional”, e foi organizado pela Escola do Es-

tado-Maior do Exército (Eceme), como parte das comemorações de seu centenário, teve seu momento culminante na salva de palmas que recebeu, de todo um auditório de pé, o Coronel Amerino Raposo Filho.

Pelo que foi e pelo que é, por sua luta em manter o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) “na vertical, como a nossa Bandeira”, como ele mesmo define, as palmas foram o menos do que merecia de todos nós. Particularmente, interpretei-as como uma homenagem não exatamente à sua figura, mas a tudo o que ele representa, ou seja, ao Brasil de ontem, de hoje e de sempre.

O Encontro surpreendeu já de início, na bela conferência de abertura, a que deveria ter sido realizada, em sendo a de um Encontro de dimensão nacional, pelo ministro da Defesa... mas não foi. Essa ausência não foi um mero detalhe – foi uma marca, um fato que nas conferências posteriores mais se definiria.

Os que participaram do Encontro em diferentes auditórios quase sempre lotados puderam verificar que não se achavam em um evento qualquer destinado a prestigiar o Governo, muito menos as suas autoridades; ou numa festividade qualquer voltada a discutir nomes ou teorias de algibeira consagrados entre os estudiosos.

A presença do Estado brasileiro crescia à medida que as conferências se sucediam. Sim, a presença daquele Estado brasileiro que muitas vezes vemos omissa, e não nos cansamos de denunciar que vem mingando mais e mais a cada noite em que colocamos a cabeça em nossos travesseiros como justos, para poder enfrentar mais um dia de massacre e humilhação e assumindo o risco de que ele desapareça por nossa única e exclusiva culpa e responsabilidade, de todos nós, uma vez que ele somos nós e ninguém mais.

Para quem quis (e soube) aproveitar, o V ENEE foi uma grandiosa lição. De organização, de seriedade, de pertinência. Quem já participou de um evento desse naipe bem sabe que

é impossível cobri-lo por inteiro, em virtude de que as conferências sobre vários temas se fazem em diferentes locais num mesmo horário. Talvez eu tenha tido o privilégio de estar presente aos seus melhores e mais significativos momentos, ao escolher os temas que mais me eram afins, ou talvez não. Quero crer que todas as palestras tenham atingido dimensão semelhante a das que assisti.

Nenhuma palavra estreita a respeito de compra e venda internacional, de arbitragens, de contratos de consumo ou de parcerias público-privadas ou, muito menos, qualquer ênfase no "determinismo da globalização". Apenas o Brasil, o de verdade, inteiro, nu e cru, cercado por um mundo de real ou potencial hostilidade.

Alguns momentos, porém, foram especialmente marcantes: os dedicados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por exemplo; ou os da palestra do General Augusto Heleno Ribeiro sobre o Comando da Minustah. Os que o ouviram (em palestra que não constava do programa distribuído com antecedência) puderam verificar que a presença brasileira no Haiti não se limitou a ornar o governo Lula como um berloque perante as demais nações. A sociologia intuitiva que o General Heleno pôde demonstrar, ou aquela que a educação militar, se bem observada, é capaz de permitir a qualquer oficial bem formado, em certas passagens chegou a comover.

A demonstração de capacidade de bem fazer sob circunstâncias absolutamente adversas e a experiência obtida pela tropa brasileira são de valor incalculável. Elas são suficientes para mostrar que valeu a pena enfrentar o desafio de enviar tropas para países tão distantes do ponto de vista dos interesses nacionais imediatos. E coloca como questão de somenos importância a insistência em avaliar sua adequação tática nesses tempos bicudos que atravessamos.

Não faltou emoção ao encontro nitidamente vocacionado a ser o da sociedade brasileira

com o Estado brasileiro. O General Américo Salvador, a quem coube suceder ao General Heleno como expositor, também soube, com um toque de arte, bem colocar o quanto esta imensa América da qual somos parte expressiva é desconhecida do mundo e precisa ser descoberta e conquistada. Quem sabe se não espera por nós, desde que demonstremos discernimento e competência para tanto?

"Autocrítica" foi como intitulei este artigo.

Por quê? Porque os que estiveram presentes ao V ENEE puderam ouvir, ver e conferir que o Estado brasileiro sobrevive. Impávido colosso. Sobrevive, ainda, principalmente nos valores defendidos com suas unhas e seus dentes pelas Forças Armadas e por civis que, apesar do desprezo do Governo às questões de fato estratégicas, teimam em pensar no interesse do Estado e apenas nele.

A autocrítica se faz assim necessária porque não estamos tão sós nem tão soltos conforme podemos por vezes supor, e porque nos foi possível saber que este país possui uma inteligência de Estado capaz, aquela da qual os demais interesses desdenham, mas com isso apenas lhe fazem cócegas. Porque ela está acima de qualquer Governo e qualquer outra razão, insistindo, apesar de todas as adversidades que enfrenta, em zelar por todos nós. Parabenizar a Eceme seria quase atrevimento. Apenas lhe agradeço a oportunidade que tive, hoje em dia já tão rara, de mais uma vez e sobejamente me orgulhar dos brasileiros que são de fato brasileiros.

(Transcrito da *Tribuna da Imprensa*, 12/10/05)

BRASIL TEM NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

O mais novo documento que estabelece a Sistemática do Planejamento Estratégico Militar do Brasil (SPEM) foi apresentado pelo Ministério da Defesa. A SPEM foi aprovada por

meio de uma portaria publicada no último dia 30 de agosto no Diário Oficial da União, em continuidade aos trabalhos de atualização dos documentos que normatizam as atividades da Defesa Nacional.

O planejamento estratégico militar define e organiza funcionalmente as atividades relacionadas com o preparo e emprego do poder militar para atender às demandas da defesa do país, como em caso de ameaças externas.

Abrange três níveis: o nacional, formado pelas mais altas autoridades do país, o setorial, constituído pelo Ministério da Defesa e demais órgãos com responsabilidades diretas com a defesa, e o subsetorial, composto pelas Forças Armadas.

A SPEM organiza e racionaliza funcionalmente as atividades do planejamento estratégico militar, é de caráter permanente e possui as características gerais de ser regenerativa, cíclica e flexível; portanto, pode ser readaptada continuamente, em face das alterações de cenários e de circunstâncias que indiquem a necessidade de alterações.

O texto é voltado para a defesa da Pátria e está em conformidade com a Política de Defesa Nacional, Política Militar de Defesa, a Estratégia Militar de Defesa e a Doutrina Militar de Defesa.

(Fonte: InfoRel de setembro de 2005)

MAIS DEMOCRACIA

Marco Maciel
Senador

Ensina a Filosofia, não desacompanhada da Sociologia e da História, que, ao desatar o nó da democracia, novas demandas emergem com intensidade e não há outra resposta senão aprofundar, em sua essencialidade, o exercício da democracia. Os problemas da democracia

exigem, portanto, mais democracia. Buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir, parece constituir o grande objetivo da Política, porque, se queremos viver juntos na divergência, princípio vital da democracia, estamos fadados a nos entender.

Impõe-se assim acreditar na força das idéias, compreender que a política não pode ser o meio da conservação, mas de transformação, e que a firmeza das convicções não deve ser empecilho para o entendimento capaz de transformar o poder em instrumento de justiça, igualdade e paz social.

Faço tais observações por considerar que episódios significativos incorporados à nossa história brotaram da provisão da capacidade de entendimento de homens públicos de anteciparem-se às crises e, de modo sintônico, resolverem-nas em consonância com as aspirações nacionais. Fazer memória desses fatos que se transformaram em datas paradigmáticas serve, assim, de pedagogia cívica e ajuda a iluminar o futuro que se nutre daquilo que fica do que passou.

Vale anotar a coincidência de refletirmos sobre as duas décadas da Nova República idealizada por Tancredo Neves e efetivada por José Sarney, no mesmo instante em que transcorrem os 150 anos do Gabinete de Conciliação, articulado e presidido pelo Marquês de Paraná, notável pró-homem das Minas Gerais, estadista que o presidente Tancredo Neves muito admirava e revelara, se tempo houvesse, a intenção de biografar-lhe.

A Nova República foi fruto de amplo acordo aberto aos partidos políticos e à sociedade civil, tendo como núcleo o PMDB e a Frente Liberal, assim cognominada a dissidência do PDS que se reuniu em torno da expressiva liderança do então vice-presidente da República, Aureliano Chaves. O documento constitutivo desse pacto intitulado "Compromisso com a Nação" estabelecia, ao lado de preceitos doutrinários, objeti-

vos programáticos essenciais para que o Brasil se reinserisse no estado democrático de direito, promovesse o encontro entre o Governo e a sociedade, através de adoção de medidas também no campo social, cultural e econômico. Para tal era indispensável concluir, sem ressentimento, o processo de transição para a democracia, com o término do regime militar.

O percurso havia sido encurtado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978, resultado da chamada “Missão Petrônio Portella”, que autorizara a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, garantira a anistia, restabelecera as condições para a pluralidade partidária e assegurara o livre funcionamento dos sindicatos, entre outros dispositivos contendo inequívocos avanços político-institucionais.

Se é verdade que o falecimento de Tancredo Neves causou enorme comoção, deixou, todavia, um exemplo a nos inspirar e um programa a cumprir. É de realçar, por dever de justiça, a exemplaridade de gestos e ações de seu companheiro de jornada, Senador José Sarney. Investido na Chefia de Governo, o então vice-presidente transformou o “Compromisso com a Nação” na bíblia do Governo.

Dentre os objetivos fundamentais impõe-se sobrelevar a convocação da Constituinte, através de mensagem do Presidente Sarney ao Congresso Nacional, de que resultou a Carta de outubro de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de “Constituição Cidadã”. Com ela, encerramos um longo, todavia exitoso, processo que assegurou ao país viver sob um autêntico estado democrático de direito, instaurando uma verdadeira democracia no Brasil.

A nossa transição para a democracia – ousou afirmar sem receio de contestação – foi, na segunda metade do século XX, tanto em extensão quanto em densidade, a mais bem-sucedida, mesmo se comparada com a da Espanha, cujos cânones foram fixados nos Pactos de Mon-

cloa. Daí insistir na necessidade de conferir, na semântica dos nossos tempos, urgência às reformas institucionais, cuja inadiabilidade está cada vez mais visível.

Precisamos, depois de consolidada entre nós a democracia, enquanto processo, fertilizá-la substantivamente, com os instrumentos da governabilidade. É indispensável mudar o sistema eleitoral para que o voto deixe de ser “fulanizado”; vertebrar verdadeiros partidos enquanto canais de interlocução entre a sociedade e o Estado; aperfeiçoar o sistema de governo para melhorar o desempenho dos Poderes e seu relacionamento no modelo presidencialista que praticamos; redesenhar o Estado federal para compatibilizá-lo com as exigências de descentralização; e, finalmente, revigorar as instituições republicanas, isto é, “republicanizar a República”, para eliminar a incerteza jurídica e assegurar a todos plena cidadania.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 03/04/05)

REFÊNS DO PACIFISMO

João Luiz Mauad
Empresário

O pacifismo é a ideologia dos “puros”, dos “bem-intencionados”, mas também dos ingênuos e dos inocentes úteis.

Dia desses, assistindo pela televisão a mais uma das inúmeras passeatas pró-desarmamento que proliferam no Rio de Janeiro a cada final de semana, com meia-dúzia de artistas, “ongueiros” e pseudo-intelectuais puxando um mar de gente vestida de branco, distribuindo flores e berrando palavras de ordem pela paz e contra a violência, perguntei-me quanto tempo ainda demoraria para aquela multidão se dar conta de que esse é exatamente o jogo que mais

interessa ao inimigo. Um inimigo, diga-se, cujos propósitos não serão alterados, sequer num milímetro, pelas belas e alvas imagens dessas manifestações. Ato contínuo, lembrei-me de José Ortega y Gasset e sua análise precisa sobre o pacifismo, a ideologia dos puros, dos bem-intencionados, mas também dos ingênuos e dos inocentes úteis.

Em artigo datado de 1937, antes portanto do início das hostilidades entre a Alemanha de Hitler e os aliados da Europa Ocidental, falando especificamente sobre a política pacifista que imperava na Inglaterra desde o final da Primeira Guerra, Gasset apontava o enorme fracasso em que ela se transformara – principalmente quando cotejada com o poderio bélico amealhado pelos nazistas naquela década. Mesmo concordando que a aspiração à paz mundial era uma excelente aspiração, o pensador espanhol demonstrava, com sua lógica irrefutável, o erro crasso do pacifista ao subestimar o inimigo, ao achar que o inimigo pensa e age da mesma forma que ele, que comunga dos mesmos anseios e princípios.

Para Gasset, o pacifista só vê a guerra como um dano, um crime ou um vício e esquece que, antes e acima disso, a guerra também pode significar um ato, um esforço, uma estratégia de defesa contra a barbárie. O pacifista pensa que para eliminar a guerra (e a violência) basta não fazê-la ou, no máximo, pedir para que não seja feita. Como a considera apenas uma excrescência mórbida surgida no relacionamento humano, acredita que bastam boas intenções e apelos emocionais para extirpá-la das relações sociais. Não enxerga que a paz precisa ser construída com energia e destemor, que a violência precisa ser combatida com armas, quando não superiores, pelo menos iguais às do inimigo.

Não é, portanto, como bem definiu o espanhol, “a vontade de paz o fator decisivo”. É preciso que esse vocábulo deixe de significar uma

boa intenção e passe a representar um sistema funcional eficiente. Não se poderá esperar nada de fértil nesse campo enquanto o pacifismo não deixar de ser um erro gratuito e cômodo, para ser um complexo conjunto de técnicas sofisticadas de combate aos inimigos da paz. Rudolph Giuliani mostrou, alguns anos atrás, em Nova York, como se opera tal “milagre”.

O maior dano que o pacifismo ocasiona consiste, na maioria das vezes, em mascarar as verdadeiras causas do problema. No caso concreto do Brasil, estamos falando da total omissão do Estado naquilo que deveria ser a sua função essencial: o exercício eficiente do poder de polícia. Sucessivos governos venderam aos crédulos ilusões de igualitarismo, distribuição de renda, “justiça social” etc., mas falharam todos naquilo que deveria ser a sua atividade primordial: proteger a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Aliás, como bem lembrado por Jean-François Revel, reverberar essa falácia esquerdista de que a melhor maneira de combater a violência é através de ações assistencialistas para extirpar a pobreza e as desigualdades, é atribuir àquela uma causa que o exame dos fatos não corrobora. Essa argumentação escatológica serve apenas para encobrir a mais completa e absoluta impotência do Estado para formular uma estratégia operacional eficiente do ponto de vista da segurança.

Insistir na cantilena pacifista, como nos lembra o grande Winston Churchill, só nos levará a sacrificar “qualquer vestígio de sensatez ou propósito, esbanjando um palavório de chavões enquanto o inimigo prepara as suas armas”. De fato, como muito bem salientou o ex-primeiro ministro inglês, em palavras que se encaixam como uma luva ao caso brasileiro atual, “a obstinada recusa [dos políticos] a enfrentar fatos desagradáveis, o desejo de popularidade e sucesso eleitoral gratuitos, contrariando na maioria das vezes os interesses vitais da nação, o autêntico amor pela paz e a evidente falta de vigor intelectual [da po-

pulação] *constituem os elementos centrais para a perpetuação da fatuidade e da inépcia, que, embora predominantemente desprovidas de malícia, não são isentas de culpa*".

Parafrazeando a escritora italiana Oriana Fallaci, eu encerraria dizendo que "detesto a violência como os pacifistas, de má ou boa-fé, nunca a detestarei". Entretanto, "quando a paz significa rendição, medo, perda da dignidade, Não é paz. É suicídio". Eu rejeito o argumento esdrúxulo segundo o qual o porte legal de armas por pessoas de bem induz a violência. Muito pelo contrário, acredito que a defesa da dignidade e da liberdade individuais é e será sempre prioritária. Se hoje proibem o comércio legal de armas, amanhã poderão proibir as artes marciais, os facões de cozinha, as pistolas de prego, as chaves de fenda, os automóveis ou qualquer outra coisa, simplesmente porque alguns fizeram mau uso deles. Aqui no Rio de Janeiro chegaram ao absurdo de propor uma lei proibindo o transporte em "garupa" de motocicleta porque o número de assaltos perpetrados por ela havia aumentado.

Não. Não é, definitivamente, tirando a liberdade de escolha do cidadão que se combate a violência. Não podemos deixar que o Estado jogue sobre os nossos ombros uma responsabilidade e uma culpa que são, exclusivamente, dele.

(Transcrito de *MídiaSemMascara*
em 6 de outubro de 2005)

CORRUPÇÃO E MARXISMO

Ives Gandra Martins

Galbraith, em seu livro *A era da incerteza*, lembra que "Alemanha, França e Bélgica se uniam na crença de que Marx era um excelente cidadão para outro país qualquer". Em seus escritos, fantasticamente citados e pouco lidos,

sempre pregou a disseminação do ódio entre as classes e, nada obstante seu indiscutível talento para amalgamar teorias dos que lhe antecederam – como do genial Proudhon –, sua visão do mundo nunca se realizou e jamais se realizará, porque ignora a essência do homem. Na teoria do materialismo histórico, por ele concebida – segundo a qual o homem caminha inexoravelmente para um paraíso final, quando os trabalhadores conseguirem eliminar os "empresários, exploradores de sempre" –, partiu do princípio de que esse paraíso futuro justificaria todos os meios, éticos ou aéticos, para a supressão da classe dominante e da religião, que considerava o ópio do povo.

De rigor, as escolas espiritualistas da interpretação histórica são estupendamente mais liberais e modernas do que as materialistas, inspiradas nas idéias de Marx, pois as primeiras acreditam e asseguram ao homem o livre arbítrio, e as segundas não lhe dão outra alternativa, senão a de cumprir o determinismo histórico que Marx idealizou. O que entendo importante, todavia, realçar, no momento político que o país atravessa, é que, nas lições marxistas, os fins tudo justificam. Os meios mais variados são admitidos, não sendo a ética o elemento essencial para atingir os objetivos colimados. Tudo vale para eliminar os inimigos do povo, ou seja, todos aqueles que não pensam como os marxistas.

A política brasileira está repleta de integrantes de uma esquerda que segue a cartilha marxista. Acreditam em tudo o que seu mestre escreveu e agem de acordo. Bradam pela ética quando estão na oposição mas, no poder, não se pautam por ela. Não hesitam, na busca dos fins esculpidos por sua ideologia, em romper com todos os valores da democracia ocidental. Aham mais fácil invadir terras produtivas, estuprando a Constituição, o Código Civil e o Código Penal, do que conquistá-las, como todo cidadão brasileiro, dentro da lei.

Por isto não têm coragem de fazer o “teste” das urnas. Para os que o fazem, o que mais importa é tomar o poder para realizar os ideais da esquerda marxista.

Nas democracias modernas, o poder conquistado pelo voto popular acaba sendo exercido em coalizão com os partidos mais votados, com o que a representação popular torna-se autêntica. Já a esquerda marxista, quando, disfarçando sua anacrônica ideologia, consegue alcançar o poder pelas urnas, recusa-se a partilhá-lo. Se não houver maioria, compram-se os aliados! Mais do que isto, partido e governo são a mesma coisa.

Por outro lado, como entendem que aquilo que consideram bom para o país é uma verdade absoluta, os líderes marxistas não se sentem obrigados a prestar contas. Não se consideram antiéticos ou aéticos, porque, na sua visão, como os meios são justificados pelos fins, corromper é apenas uma forma de manter o poder não dividido.

No Brasil, começa-se a perceber que os guerrilheiros do passado, que pegaram em armas para substituir o regime militar por um regime marxista e não foram bem-sucedidos, ao conseguirem o poder, nos dias atuais, preferiram aliciar aliados com mensalões ou caixa 2, a governar com a maioria. Nesta linha de ter o poder absoluto, procuraram eliminar os direitos do cidadão, sufocando sua voz, mediante tentativas – felizmente frustradas – de implantação do Conselho Nacional de Jornalismo, da Ancinav, do controle externo amplo da Magistratura e do Ministério Público, do controle da advocacia e outras iniciativas semelhantes.

Se me perguntarem se os ilícitos que são desventrados pela imprensa, pelas CPIs, pelas revelações dos envolvidos prestadas na polícia e junto ao Ministério Público são demonstração de desvio de caráter dessas pessoas, responderei que não. Acreditam eles na velha máxima de que o ideal maior de implantação de uma

república marxista tudo justifica, inclusive a corrupção – meio inidôneo, mas útil ao seu desiderato. Felizmente, a democracia em nosso país é mais sólida do que imaginavam.

Esperemos que, no futuro, o eleitor brasileiro saiba preservar, nas urnas, a democracia, a tanto custo reconquistada no Brasil, assegurando a liberdade do povo brasileiro de decidir seu próprio destino e de não se submeter às imposições dos seguidores de Marx, que, entre nós, continuam apegados a idéias anacrônicas e malsucedidas em todas as partes do mundo.

(Publicado em *O Estado de S. Paulo*, 22/09/2005)

A IDEOLOGIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Alberto Oliva
Filósofo

O Brasil caminha em direção à “esquizofrenia legal”. Enquanto os parlamentares elaboram leis em profusão, a maioria das quais totalmente desnecessária, no Judiciário aumenta o número de adeptos da justiça alternativa. Uns fazem leis a granel, outros não se constrangem em tomar decisões que as contrariam. E com isso o Estado de Direito vai-se deteriorando. Pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que a conhecida morosidade da Justiça brasileira veio se juntar a parcialidade de julgamento. Ambas fazem muito mal à sociedade. Mas a chamada justiça alternativa, que relativiza até o que estabelece a Constituição, é um fator que cria animosidade social e chega a produzir encolhimento da atividade econômica. Ninguém em seu juízo perfeito investe sem estar protegido por uma legislação que lhe garanta a apropriação do que vier a ganhar. Por isso a falta de segurança jurídica é grave. Fica-se sabendo pela pesquisa do Ipea que 78% dos juízes entendem que a busca de

justiça social justifica decisões que violem contratos. O estudo feito com oitocentos juizes, desembargadores e ministros de tribunais tornou patente que, entre os juizes com menos de 40 anos, 83,7% consideram que a justiça social deve prevalecer sobre o respeito aos contratos.

Os agentes sociais não conseguem contrair relações baseadas na confiança quando às regras escritas se sobrepõem os conceitos não-escritos de justiça dos que julgam. Trata-se de argumento frágil invocar a necessidade de fazer a balança da justiça pender para o lado dos mais fracos. Mesmo porque a falta de fidedignidade gerada por um Judiciário que não se sente minimamente desconfortável em assumir posição frontalmente contrária ao que estabelece a Lei prejudica a vida social como um todo. A incerteza jurídica desencadeia desconfiança generalizada entre os agentes. Não pode uma decisão de um juiz se chocar com o que determina a legislação sem que o subjetivo predomine sobre o objetivo. Por ser vaga, a noção de justiça social pode variar de magistrado a magistrado, provocando uma babel nos julgamentos. A não ser que todos se coloquem em uníssono contra, por exemplo, a propriedade privada e o respeito aos contratos. Mas como se a lei determina o contrário?

Os que propõem que a justiça assuma abertamente um viés de classe seriam mais coerentes se defendessem a formação dos Comitês Revolucionários do Povo. Reduzindo o Direito a subproduto da vida econômica, subtraísse do Judiciário a condição de campo autônomo de julgamento. O desejo de proteger a parte mais fraca de um contencioso não autoriza a passar por cima do que foi livremente pactuado ou do que está sacramentado em lei. É preocupante o fato de o Judiciário estar se deixando politizar a ponto de muitos de seus membros adotarem a tese de que só existe justiça de classe. Ora, emitir sentenças impregnadas de carga ideológica e sem respaldo na Lei

torna o Judiciário prescindível. Os “movimentos revolucionários” se desincumbiriam melhor da tarefa de promover a justiça social. Posturas políticas que nominalmente se apresentam como defensoras dos fracos são as que mais acabam por prejudicá-los por criarem um ambiente socioeconômico desfavorável aos investimentos.

A chamada justiça alternativa coloca o juiz acima da lei, fazendo-o sentir-se autorizado até a julgar em completa dissonância com a Lei Magna. Essa exorbitância de poder é uma negação da justiça. Sociedades prósperas se distinguem, entre outras coisas, pelo respeito quase sagrado às regras básicas do jogo social. Se os contratos juridicamente perfeitos são violados, inviabiliza-se o crescimento econômico duradouro. Se ninguém é dono do que legitimamente conquistou, então a insegurança é a tônica. Contratos são passíveis de negociação, não de revisão levada a cabo pelo magistrado. Quando não se julga em consonância com que estabelece a Lei, estimula-se o desrespeito generalizado a ela. E isto é ruinoso para qualquer sociedade e fere de morte o Estado de Direito.

(Transcrito de JB ONLINE, 01/02/05)

RECOMEÇOS?

Roberto Da Matta
Antropólogo

Para se ter uma idéia da crise de longa duração (com permissão do historiador francês F. Braudel) que nos atordoia, basta examinar como colocamos fora de nós, sempre no aparelho estatal e em algum providencial salvador da pátria, a solução de nossos problemas.

Recebemos em solenidades messiânicas a família real portuguesa vinda para nos civilizar. Na alvorada do século XIX, Dom João VI

foi a encarnação do mais alto poder no sentido personalizado do termo. É fácil imaginar como sua presença foi básica para cimentar a crença de que o bom, o civilizado e o rico vinham de fora. O rei deixou os dois “Pedros”, que, no maior país do continente sul-americano, mantiveram a estabilidade monárquica cercada de repúblicas que, na época, eram a resposta sul-americana (caudilhesca e autoritária) aos ideais políticos modernos nascidos na Europa e postos em prática nos Estados Unidos.

Enquanto o século XIX testemunhava a aplicação em toda a parte dos valores republicanos liberais fundados na liberdade e na igualdade, esses apanágios da burguesia, nós consolidávamos um sistema baseado na mais sólida desigualdade escravocrata. No seu cume estava a figura paternal de um imperador cujo papel político era o de moderar o sistema polarizado pelos radicais, todos capazes de muitas revoluções por minuto, como afirmou Pedro II numa visita aos Estados Unidos, ao ser apresentado a uma formidável máquina a vapor.

Após a tumultuada Proclamação da República, ficou a nostalgia de um pai para se acasalar com essa mais mátria (como dizia o Padre Vieira) do que pátria brasileira, agora formalmente separada de um estilo de governo francamente aristocrático. Uma república igualitária na letra da lei, mas com práticas sociais elitistas, quando não perturbadoramente messiânicas, como prova a tragédia de Canudos.

Daí vem certamente a base da imagem anedótica segundo a qual lá no fundo o Brasil é uma viúva ou meretriz. Uma Dona Flor acasalada com muitos maridos que dela tiram partido, mas jamais com um homem probo, pronto a usar sua espada não apenas para consumir o matrimônio com a viúva – haja machismo enrustido – plena de tesão e safadagem mas, sobretudo, para decepar as setecentas cabeças dos seus contumazes amantes-assaltantes. Com isso, sucedem-se os mais variados re-

gimes políticos, vão-se os mais variados partidos, mas o uso dos cargos estatais para a chamada “arrumação” da família e da perpetuidade no poder continua. De modo artesanal e com fundamento nos valores da amizade, através do nosso velho e honrado nepotismo. Ou de modo pós-moderno, como mostra o quadro atual, por meio de redes hipersofisticadas de compra de influência e formação de recursos que associam órgãos estatais a empresas de publicidade e bancos privados, passando pelo núcleo mais duro (e político-ideológico) do Governo, com vistas à montagem de um esquema financeiro politicamente infalível nos seus propósitos de redenção da plebe faminta e, obviamente, carente de liderança paterna democrática e desinteressada.

Passaram reis e imperadores, mas a saudade de sua infalível autoridade messiânica produziu ditadores civis e militares, caudilhos de várias estirpes e uma corja de políticos cuja mensagem é a de salvar o sistema de fora para dentro e de cima para baixo, algo atraente numa sociedade de viés aristocrático na qual um Estado insulado das relações sociais é um convite ao assalto e faculta a idéia até hoje vigente que o “governo” tem razões que o povo (que o legitimou pelas urnas) desconhece.

Penso, pois, que na raiz dessa crise jaz o abalo da crença de que existem pessoas, partidos e ideologias capazes de mudar magicamente o Brasil. Daí essa dolorosa e libertadora descoberta de que nós, cidadãos comuns, temos sido uns imbecis ao entregar o nosso país a “governos” com o aval de gerenciar o Brasil longe de nossos olhos e à revelia de nossos interesses. Como se o Brasil fosse algo inalcançável. O pacto de entregar o país ao político ladrão que roubava e fazia e, de quebra, dava o emprego público ao nosso filho acabou-se. No Brasil do tráfico de drogas, dos administradores monitorados pela mais densa ignorância e pela mais nítida irresponsabilidade pú-

blica; no Brasil das polícias que empurram responsabilidades umas para as outras e de polícia que rouba a si mesma!; no Brasil dos juízes que falam um idioma do século XVI e usam computadores do século XXI, cujo interesse em decidir e finalizar casos é tão imponderável como o de uma loteria; esgotou-se o velho pacto do Governo que tomava conta de tudo e nada dava em troca.

Ao lado da vergonha e da decepção de promessas não cumpridas pelo partido “que não rouba e não deixa roubar”, vivemos hoje algo muito importante. Refiro-me a um recomeço,

divorciado dos populismos mágicos com suas fórmulas de salvação fáceis e feitas. Recomeço modesto na prática, mas imenso na construção de uma cidadania ativa que paga impostos, mas exige sua devolução na forma de serviços e melhorias públicas. Cidadania de cotidianos sem milagres e messias, mas dourados na sua decisão de amar o Brasil todos os dias. Sem que para tanto seja preciso um partido ou um mandachuva que goste dele, cuide dele e o assalte em nosso honrado nome. ●

(Transcrito de *O Globo*, 28/09/05)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A FEB pelo seu comandante

J. B. Mascarenhas de Moraes

Este título nos fornece, segundo um plano de conjunto e no quadro da verdade histórica, um relatório da atuação da FEB em território italiano.

Revive acontecimentos com a exata delimitação dos feitos militares e justa caracterização de seu papel na manobra geral do V Exército.

O zelo lingüístico do Professor Daltro Santos, pela revisão feita, a torna uma peça literária de elevado valor.